

Angola: O prelúdio da guerra sem consciência em 1975

Angola: The prelude to “The War Without Conscience”, in 1975

Garcia Marcelino

Mestrado em História

Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)

gmmarcel84@hotmail.com

Recebido: 30/10/2024

Aprovado: 01/04/2026

Resumo: O texto analisa questões fundamentais que impactaram o início da "guerra sem consciência", em 1975. Os nacionalistas, movidos por interesses próprios, comprometeram o acordo de Alvor. A questão principal discutida é o que levou os representantes do Estado Português a rejeitarem uma nova liderança do MPLA fora de Neto durante o Congresso de Lusaka em 1974. Assim, nossas metas são: a) esclarecer o processo de descolonização de Angola e suas diversas causas internas e externas que evidenciam a parcialidade do Estado Português na sua condução; b) descrever as características únicas das ideologias políticas; c) investigar as razões que resultaram no fracasso do governo de transição. A metodologia envolve uma análise cuidadosa das obras citadas, procurando identificar as semelhanças e diferenças relacionadas ao problema proposto. Buscamos elucidar um processo que foi marcante na história do povo angolano e que resultou em 27 anos de conflito.

Palavras-chave: Acordo de Alvor; Descolonização; Angola.

Abstract: The text analyzes fundamental issues that impacted the beginning of the "war without conscience", in 1975. Nationalists, driven by their own interests, compromised the Alvor agreement. The main issue discussed is what led the representatives of the Portuguese State to reject a new MPLA leadership outside of Neto during the Lusaka Congress in 1974. Thus, our goals are: a) to clarify the decolonization process of Angola and its various internal and external causes that highlight the partiality of the Portuguese State in its conduct; b) describe the unique characteristics of political ideologies; c) investigate the reasons that resulted in the failure of the transitional government. The methodology involves a careful analysis of the works cited, seeking to identify similarities and differences related to the proposed problem. We seek to elucidate a process that was remarkable in the history of the Angolan people and that resulted in 27 years of conflict.

Keywords: Alvor Agreement; Decolonization; Angola.

Introdução

O Acordo de Alvor deixou de precisar de armas para libertar a população angolana da dominação e exploração portuguesa, que se prolongou por quase quinhentos anos. Envolto em esperança e com a visão de um futuro mais promissor para os angolanos já abalados pelo pavor da

escravidão, este momento singular foi aguardado com determinação, trazendo nova vitalidade às suas vidas. A participação do Estado português nas disputas de interesses se tornou crucial para o futuro do processo, que foi marcado por alianças ideológicas entre o MFA/URSS e a CIA/Zaire/África do Sul. Dentro dos portugueses, alguns eram defensores da autonomia dos povos africanos, enquanto outros apoiavam o neoconservadorismo. Essas duas correntes influenciaram de forma significativa a direção do processo. Essa mudança levou os líderes políticos a maximizar seus objetivos opostos: 1) a tríade CIA-Spínola-Mobuto apoiando a FNLA e a UNITA; 2) o quarteto MFA-URSS-Brazzaville-Cuba respaldando o MPLA. As bases ideológicas poderiam fundamentar as mudanças que empurraram os três movimentos a uma "guerra sem consciência" pela busca do poder, descartando qualquer chance de cooperação entre eles.

No intuito de avaliar a relação com os fenômenos relacionados à implementação ou não do acordo de Alvor de janeiro de 1975, que foi repleto de avanços e retrocessos, causando impactos severos na vida de crianças, adolescentes e jovens através de rupturas e continuação, resultou em um futuro restrito ao esgotar aquilo que era a liberdade sonhada por todos.

Na minha opinião, a presença de Spínola e Coutinho como principais negociadores do processo, teve uma influência real no rumo do processo. O MFA favoreceu o comunismo, o que pode ter levado o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO a alcançarem o poder em seus respectivos países. Rosa Coutinho, na sua posição como representante do Estado português em Angola, será que, sob essa ótica, agiu de forma inadequada em seu posto ou atuou seguindo orientações de Lisboa? De forma explícita e implícita, o passado atormentado de Angola é marcado pela ideia de que “a morte oficial do governo de transição significava também a morte da paz”.

De qualquer forma, estruturamos nosso artigo em cinco eixos específicos que nos auxiliaram a cumprir nossos objetivos. O cenário político em Angola nas décadas de 50 e 60; as origens do acordo de Alvor; os encontros secretos; a quebra do acordo de Alvor; o surgimento da “guerra sem consciência”; as possíveis circunstâncias que debilitaram o governo de transição; e, finalmente, as considerações finais.

O cenário político em Angola nas décadas de 50 e 60

A avaliação do processo de descolonização de Angola, que resultou na “guerra sem consciência” entre 1975 e 1992 [concluída em 4 de abril de 2002], nos motiva a traçar uma relação

significativa entre os Movimentos de Libertação Nacional, com seus líderes à frente, e o Movimento das Forças Armadas (MFA) / Estado Português, que teve um papel crucial em relação ao Acordo de Alvor e sua implementação. Esse processo foi efetivamente caracterizado por um conflito de interesses entre as partes envolvidas, com Portugal assumindo as funções de promotor, mediador, participante e testemunha de um evento histórico que não era apenas relevante para o povo de Angola, mas também para os portugueses e a comunidade global.

Entretanto, conforme a perspectiva de Rocha (2009, p. 239), após o 25 de abril de 1974, o equilíbrio provavelmente começaria a inclinar-se a favor de Neto, que “[...] teve a sorte de contar com um português inteligente no Ministério do Ultramar, Adriano Moreira, que o enviou para Cabo Verde com o cargo de subdelegado de saúde”. Essa circunstância poderia aumentar a visibilidade de Agostinho Neto na arena internacional, através de seus companheiros de luta, que frequentemente o mencionavam em conferências globais.

Dentro desse contexto, a influência ideológica revelou-se uma faca de dois gumes para os negociadores, dividindo o sentimento nacionalista e projetando o futuro poder como símbolo orientador da luta. Os primeiros passos do nacionalismo angolano, possivelmente desprovidos de qualquer fundamentação ideológica nas redes clandestinas, especialmente em Luanda, poderiam não estar alinhados com a FNLA, o MPLA ou a UNITA. O que existia era unicamente o espírito de luta contra o colonizador, dando-lhes a identidade de nacionalistas e patriotas genuínos. Acreditava-se na intenção de evitar conflitos e traições entre os nacionalistas ocultos, visando a diminuição do derramamento de sangue entre angolanos. A preservação da vida foi defendida várias vezes; por exemplo, de acordo com Wheeler e Pélissier (2009, p. 247), os líderes “[...] solicitaram negociações com o governo português em 9 de junho de 1960, mas, em virtude da política histórica de Lisboa, seu pedido foi naturalmente negado”. Essa negativa de Lisboa foi justificável, levando em conta que muitos sempre residiram no exterior. Durante as iniciativas em prol da independência e para afastar a PIDE, muitos viviam fora de Angola, como em Lisboa, onde “os exilados em Léopoldville eram vistos como 'oportunistas estrangeiros'”. Esse tipo de política por “representação” marcou muitos nacionalistas angolanos. Esse cenário afetou a capacidade de muitos de compreender a situação interna em Angola. Mbah (2010, p. 117) ressalta que “[...] a falta de conhecimento da realidade política de Angola desde a época em que deixaram o país e se estabeleceram no exterior [...]” impactou de maneira negativa a ação política dos movimentos.

No entanto, a permanência de muitos líderes fora de Angola fez com que se tornassem estranhos à evolução das políticas da elite híbrida nas cidades angolanas. Com um modo de vida focado em mensagens, a sua influência na região foi pequena, criando divisões tribais e étnicas entre os que apoiavam a luta, resultando em consequências negativas ao longo do tempo. Wheeler e Pèlissier (2009, p. 290) mencionam que “[...] a UPA era, mais do que nunca, um partido de exilados [...] os aspectos tribais da luta afastaram a maioria dos outros grupos étnicos”. Frases como “eliminar o colono e a obra do colono” e o uso frequente do kikongo entre os combatentes [assimilados e mestiços] foram percebidos como fatores que naturalmente excluía aqueles que não compreendiam ou falavam kikongo.

Nesse período, segundo Wheeler e Pèlissier (2009, p. 286), entre “1963 e 1965, a UPA foi o movimento mais ativo, [...] em Angola, e o mais ameaçador para os portugueses”. De acordo com Rocha (2009, p. 144), enquanto muitos nacionalistas tinham como objetivo “[...] ‘fazer tudo para evitar que o sangue corra’”, essa ação não poderia se realizar sem a presença deles no terreno para dialogar entre os angolanos e, posteriormente, com os portugueses. O MPLA geraria rivalidade política e militar contra a UPA (União dos Povos de Angola) devido à morte de 25 membros do MPLA em 28 de setembro de 1964, o que causou, entre os combatentes, uma justificativa para a crença de que era necessário lutar contra os outros para alcançar a liberdade, já que, para Wheeler e Pèlissier (2009, p. 257), “os bacongo viam a UPA como uma ameaça a outros angolanos”, uma ideia corroborada por Spínola e Mobuto, que enfrentaram Rosa Coutinho na sua função de Alto-comissário em Angola, aumentando as chances de favorecer Neto da esquerda. Assim, o “netismo” deu origem a termos como “reacionários” e “lacaio dos americanos”, acusações que foram historicamente esclarecidas por Mbah (2010, p. 320), já que “[...] os Estados Unidos teriam oferecido apoio material e financeiro à FNLA através da CIA desde 1962”, diferentemente da perspectiva de Rocha (2009, p. 148), que afirma que “[...] em abril de 1961, o FBI possuía pouquíssimas informações sobre Holden Roberto”, cuja liderança era de natureza “personalista”. Dessa forma, Neto receberia um suporte significativo da URSS, de Congo Brazzaville, de Cuba e do MFA; Savimbi teria apoio dos EUA, da África do Sul e do Zaire. Durante a luta anticolonial, a amizade entre os líderes dos novos movimentos surgentes era quase inexistente, pois cada um desconfiava dos outros. Nesse cenário, os dirigentes preferiram confiar mais em seus aliados internacionais do que entre si. De acordo com Rocha (2009, p. 148),

Holden sempre desconfiou das reais intenções dos dirigentes do MPLA [...] os seus aliados americanos não deveriam ver com bons olhos a aliança com um movimento dirigido por marxistas e com ligações notórias com o bloco soviético. [...] a integração

no FNLA, em 1963-1964, do grupo MPLA-Viriato pode justificar-se politicamente no contexto da luta nacionalista [...] o inimigo principal era o colonialismo português e não o imperialismo americano.

Na verdade, essa busca contínua por cooperação e uma unidade de combate era constante entre os envolvidos, apesar das suas divergências ideológicas. Muitos líderes reconheciam que era essencial unir forças para derrubar o colonizador português. Por essa razão, a causa nacionalista mobilizou diversos grupos políticos para negociar a independência. As várias críticas direcionadas entre os líderes dos movimentos deram origem, conforme Wheeler e Pèlissier (2009, p. 297), ao que eles descreveram como "em teoria, o GRAE incorporava três partidos dentro da FNLA: a UPA, o Partido Democrático de Angola e alguns membros secessionistas do MPLA, sob a liderança de Viriato da Cruz", um governo que incluía Savimbi na sua direção, após deixar Portugal. De acordo com Maxwell (2006, p. 9), "o MPLA [...] tem como parte de sua história o Partido Comunista Angolano, além de que a organização sindical do MPLA estava vinculada à Federação Internacional de Sindicatos, com sede em Praga". Em outras palavras, era uma "grande coalizão", que englobava "grupos de intelectuais radicais e marxistas".

Durante esse período, com a distribuição das forças políticas e combativas, havia uma significativa representação de angolanos que estavam no exílio, tanto dentro como fora da África. Maxwell (2006, p. 23) nos informa que "a FNLA e o MPLA eram tanto uma aliança de exilados quanto forças ativas de insurreição", uma maneira típica de preservar a segurança individual e da organização política que representavam, principalmente na busca por apoio externo, seja político, militar, financeiro ou diplomático.

Antecedentes do Acordo de Alvor

Estamos inseridos em um contexto de Guerra Fria que afetava o mundo bipolar entre o Ocidente, sob a liderança dos EUA, e a URSS. Ambos procuravam novas áreas de influência para aplicar suas políticas expansionistas em um mundo amplamente enfraquecido, especialmente voltado para a África, ainda sob colonização europeia.

Na época da formação dos primeiros grupos nacionalistas angolanos, tanto dentro quanto fora de Angola, era evidente um ambiente bastante instável que dificultava a construção de uma frente unificada na resistência ao colonialismo português. A constituição desses grupos nacionalistas, formados por aqueles que almejavam a libertação dos angolanos do domínio colonial português, atraiu

peessoas de diferentes partes do país e do exterior que apoiavam uma causa justa. Contudo, nesse cenário, houve também quem visasse tirar proveito da situação que se apresentava. Assim, os assimilados alcançaram educação, em grande parte acadêmica, através de bolsas de estudo que impulsionaram o nacionalismo angolano contemporâneo. Entretanto, havia aqueles que lutaram por esse ideal ancorados na perspectiva do MPLA, que possuía “um programa claro de resistência contra todas as formas de opressão e exploração imperialista e neocolonialista”, enquanto outros aproveitaram a conjuntura política para avançar interesses escusos que impactavam a vida de seus compatriotas por meio de práticas autoritárias que, segundo Maxwell, afirmava que “os governos revolucionários tinham interesses econômicos mais significativos em Angola do que os do antigo regime”.

Entre as várias ações que os movimentos nacionalistas implementaram contra o regime português, as décadas de 1950 e 1960 do século XX foram cruciais nesse processo. É essencial notar que, para ser considerado assimilado, era necessário passar por um rigoroso processo de seleção. O Estatuto do Indígena de 1916, em um de seus aspectos mais restritivos, estipulava que era necessário “abandonar completamente os costumes e tradições da raça negra”. Por essa razão, entre os assimilados, alguns optavam por permanecer ignorantes, enquanto outros eram filhos de estrangeiros.

Por outro lado, era claro que a orientação política dos jovens nacionalistas estava sendo moldada pela presença do marxismo-leninismo e do capitalismo democrático, à medida que começavam a se acostumar com a nova realidade em Angola. De um lado, os nacionalistas assimilados e mestiços eram predominantemente influenciados por progressistas ligados ao marxismo-leninismo, apoiados pelo Partido Comunista Português e, mais tarde, pelos regimes da Rússia, Cuba e Europa Oriental. Uma parcela significativa desses nacionalistas atuava em Portugal e na França sob a bandeira comunista. Este elemento poderia influenciar decisivamente a orientação política de quem constituiu a base do nacionalismo em Angola. Em contrapartida, existia um pequeno grupo, quase uma minoria, que defendia uma perspectiva capitalista a partir do Congo Léopoldville e da “extrema-direita portuguesa”. Todos buscavam estabelecer um país democrático, que resguardasse os direitos essenciais dos cidadãos, pautado no respeito mútuo, na abertura econômica e em uma sociedade próspera em todas as dimensões política, econômica, social e cultural, embora as línguas regionais representassem um obstáculo para a unidade nacional. Segundo Edmundo Rocha (2009, p. 211),

A trajetória desses jovens nacionalistas foi irregular, sinuosa, cheia de acidentes de percurso, uns em Luanda, outros em Lisboa e um pequeno grupo em Paris e *Léopoldville (Kinshasa)*, constituindo assim vários núcleos de desenvolvimento e de

amadurecimento das ideias nacionalistas, o que explica a complexidade e a originalidade deste processo.

A complexidade ideológica dos movimentos nacionalistas em Angola, tanto no país quanto na diáspora, acabou por dar origem a três grandes entidades: a FNLA liderada por Holden Roberto, o MPLA de Agostinho Neto e a UNITA sob a liderança de Jonas Savimbi. Enquanto FNLA e UNITA possuíam orientações capitalistas, o MPLA seguia uma linha comunista-marxista, mantendo-se por 15 anos como partido único. Esses grupos foram os responsáveis pela condução das negociações com Portugal no processo de independência do país. No entanto, segundo Wheeler e Pèlissier (2009, p. 311), até 1967 foi possível identificar 58 organizações nacionalistas angolanas, além de 26 associações ou grupos de caráter social ou sindical.

Para melhor entender as diferenças entre os nacionalistas angolanos oriundos de contextos humildes e os intelectuais, Wheeler e Pèlissier (2009, p. 235) propõem uma divisão conceitual. Os “modernistas” eram aqueles nascidos nas cidades, beneficiados por maior acesso à educação. Suas fileiras incluíam uma proporção significativa de assimilados e mestiços, em contato direto com portugueses de inclinação liberal ou marxista. Já os “etnonacionalistas”, frequentemente vistos como “tribelistas”, eram vinculados ao meio rural e caracterizados por sua orientação profissional. Dentro desse espectro, a UPA, descrita pelos autores (2009, p. 248), apresenta-se como um “partido rural cuja área de influência se limitava aos distritos onde predominava o uso da língua quicongo”. Por outro lado, Márcia Silva (2008, p. 163) e Agostinho Silva (2014, p. 248) enfatizam que o MPLA foi constituído e liderado por intelectuais mestiços, cujos perfis socioeconômicos e culturais os posicionavam como uma formação superior em relação à FNLA e à UNITA. Apesar disso, o termo “etnonacionalista” foi frequentemente rejeitado devido a seu tom pejorativo, mesmo considerando a relevância desses grupos junto às populações rurais. Contudo, é importante destacar que todos os movimentos nacionalistas estabeleceram raízes nas comunidades rurais, embora seus líderes fossem predominantemente intelectuais. Essa conexão fortaleceu a resistência contra tentativas de fragmentação do povo angolano.

Os “modernistas”, segundo Wheeler e Pèlissier (2009), possuíam origens híbridas, o que evidencia a complexidade interna dos movimentos. Paralelamente, estratégias de infiltração conduzidas pelos colonizadores buscavam enfraquecer os grupos nacionalistas, como se especula ter ocorrido com organizações como a Liga Nacional Africana e a Anangola. Posteriormente, membros dessas associações desempenhariam papéis-chave dentro do MPLA e no governo angolano. Por fim, alguns líderes africanos optaram por alianças matrimoniais com mulheres europeias como estratégia política

para facilitar uma convivência mais harmoniosa com os colonizadores, em busca da independência nacional e de soluções práticas diante das tensões do período.

Ao longo dos anos dedicados à luta contra o colonialismo português em Angola, acredita-se que os etnonacionalistas tenham enfrentado perseguições significativas por parte dos portugueses. De acordo com Wheeler e Péliissier (2009), caso os movimentos tivessem explorado de maneira mais efetiva as vantagens fornecidas pelas características populacionais, econômicas, geográficas e florestais do território angolano, a missão de suprimir o colonizador teria sido menos árdua. A natureza densa das florestas e selvas angolanas poderia servir como refúgio estratégico para os combatentes. Além disso, a proximidade com as fronteiras do Congo Kinshasa [UPA/FNLA/MPLA] e de Brazzaville [MPLA] oferecia uma rota logística vital para as operações.

A criação de uma frente única, combinando a mobilidade e as capacidades técnicas e militares de cada movimento, poderia ter amplificado a força revolucionária necessária para pôr fim ao colonialismo. A determinação dos combatentes angolanos era, sem dúvida, evidente. Segundo Weigert (2011, p. 51 apud Correia, 2021, p. 257), o então general Spínola reconheceu que a guerra nas províncias não poderia ser vencida militarmente. Ainda assim, sua posição, carregada de intenções políticas e ideológicas, estava claramente alinhada com interesses de Mobutu e Washington. Em 14 de setembro de 1974, encontros clandestinos revelaram a preferência por Holden Roberto em detrimento de Agostinho Neto e Jonas Savimbi, com o objetivo de neutralizar e, se possível, eliminar o MPLA. De acordo com Maxwell (2006, p. 9), uma das razões apontadas pelos EUA para não apoiar Neto relacionava-se às suspeitas em torno de sua figura política, marcada por um histórico de detenções frequentes devido a atividades políticas.

O regime salazarista frequentemente rotulava os nacionalistas de terroristas, subversivos e saqueadores e buscava extinguir qualquer dissidência por meio do aparato legal e repressivo, deixando marcas duradouras na psique coletiva. Rocha (2009, p. 81) destaca que líderes da UPA acusavam "Anangola" de ser liderada por presidentes brancos hostis aos negros, frequentemente alvo de insultos raciais como "barrotes queimados". A segregação social entre autóctones e aqueles considerados "integrados" (como zairenses, são-tomenses, cabo-verdianos e catangueses em Angola) fomentou divisões internas devastadoras.

Segundo Rocha (2009, p. 105), o nacionalismo angolano encontrou terreno fértil em cidades como Luanda, Benguela, Malanje, Lobito e Uíge. Durante a ascensão desse sentimento nacionalista, a

luta uniu diversos grupos étnicos, superando barreiras raciais e religiosas. Contudo, a estratégia divisória dos colonizadores aprofundou diferenças dentro do próprio povo angolano, gerando ressentimentos entre os que se beneficiavam ou não do apoio português – particularmente do PCP, que estendeu sua influência ao PCA e até ao Partido Socialista Angolano. Essa divisão comprometeu profundamente o país, repercutindo em esferas políticas, sociais e culturais. Esteves (2016, p. 64) observa que tanto o MPLA quanto a FNLA e a UNITA receberam apoios divergentes de diferentes forças ideológicas; no entanto, como estavam em oposição ao alinhamento de Portugal com Moscou, não conseguiram obter apoio oficial das autoridades portuguesas.

Em relação aos planos de Spínola para a transição em Angola durante o processo de descolonização, ele sugeriu uma estrutura dual: uma ala composta por portugueses ativamente participando da política angolana e outra pelos nacionalistas locais, que governariam em mútua cooperação. Conforme Marques (2013, p. 43), em 27 de julho de 1974, baseado na Lei 7/74, Spínola anunciou o direito à independência sob pressão – um pronunciamento que ele admitiu desejar adiar por dois anos caso fosse possível. Entretanto, já era claro que a independência angolana seria inevitável, como resultado da luta armada ou não. Havia esperanças de instaurar negociações com líderes dos movimentos e encerrar pacificamente o domínio colonial. No entanto, segundo Marques (2013, p. 287), durante tais discussões o Movimento das Forças Armadas (MFA) concluiu que Portugal cometera um erro estratégico ao reconhecer exclusivamente a FNLA como representante legítimo.

O ponto central desse processo estava na escolha de quem seria responsável por liderá-lo, considerando que já havia uma clara tendência do Movimento das Forças Armadas (MFA) em favorecer ideologicamente alguns indivíduos ligados ao Partido Comunista Português (PCP). Entre eles, destacam-se figuras como Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, levantando especulações sobre uma possível conexão ou mera coincidência que os levou ao poder em seus países. Seria acaso ou destino? Rocha (2009, p. 235-236) sugere que pode ter sido mais do que coincidência, ao afirmar que houve “o apoio do Partido Comunista Português ao dirigente angolano [Neto] na sua fuga para Marrocos, que claramente visava objetivos mais amplos [...], na África Central”.

Esses interesses, muitas vezes pessoais, acabaram por interferir nas prioridades nacionais, favorecendo uma ideologia que buscava consolidar sua influência na África. No contexto angolano, havia um desejo evidente de unir forças em torno de um único objetivo: a independência nacional. Contudo, divergências significativas surgiam devido às diferentes perspectivas ideológicas. Alguns grupos não toleravam oposição nem aceitavam princípios democráticos. De um lado, havia o apoio

ativo dos comunistas soviético-portugueses a Neto; por outro, a CIA e seus aliados do Zaire respaldavam Roberto, enquanto forças sul-africanas apoiavam Savimbi. Esses alinhamentos tiveram um impacto decisivo na trajetória do processo de descolonização. Na política, amizades são raras; o que prevalece são parcerias para combater inimigos comuns. Tais alianças entre partidos e governos juntamente com parceiros internacionais não eram incomuns.

As coalizões formadas durante a guerra civil em Angola carregam, por vezes, cláusulas subentendidas que podem deixar marcas nas gerações futuras. Os recursos envolvidos nessas alianças alcançaram valores altíssimos, muitas vezes configurados em bilhões de dólares, inicialmente concentrados no âmbito partidário e posteriormente estendidos aos compromissos de Estado. Os pagamentos eram feitos conforme as flutuações do câmbio da época. Até hoje, muito permanece desconhecido sobre os compromissos firmados entre os movimentos políticos angolanos e seus aliados estrangeiros. Vale destacar, no entanto, o papel essencial que os cubanos desempenharam na formação educacional e no cuidado com a saúde da população angolana ao longo dos últimos cinquenta anos.

Após o 25 de abril de 1974, os três principais movimentos de libertação em Angola escolheram suspender as hostilidades contra os colonizadores após 14 anos de intensa luta. Apesar das rivalidades internas e conflitos entre os próprios grupos nacionalistas, havia uma esperança tangível de alcançar uma transição pacífica. Ki-Zerbo (2009, p. 59) reflete sobre o contexto africano afirmando que “[...] os estados nacionais nasceram no sangue”. Com esse marco histórico das independências das colônias portuguesas na África, era evidente que a transformação seria inevitável, seja no médio ou no longo prazo, utilizando preferencialmente a diplomacia para evitar mais derramamento de sangue. Particularmente em Angola, havia esperança quanto à possibilidade de uma transição menos conflituosa, devido à experiência acumulada pelo general Spínola em guerras coloniais e europeias. Como menciona Martins (1974, p. 2), “é significativo que o novo líder português tenha emergido justamente da luta contra a guerrilha africana”.

Os encontros clandestinos antes do Alvor

Na véspera do Acordo de Alvor, Spínola e Mobuto reuniram-se na Ilha do Sal, em Cabo Verde, enquanto Neto e Melo encontraram-se em Argel. Simultaneamente, Jomo Kenyatta, presidente do Quênia, organizava a Cimeira de Mombaça com uma visão mais inclusiva para a formação do Estado angolano, considerando os desafios enfrentados por Angola entre 1962 e 1975.

Quanto ao encontro secreto entre Spínola e Mobuto na Ilha do Sal, em 14 de setembro de 1975, acredita-se que um dos temas discutidos tenha sido o esforço para enfraquecer a liderança do MPLA no cenário político angolano, principalmente devido à orientação ideológica de Neto. Spínola pretendia implementar seu “esquema federativo” em Angola durante o período de transição, projetando que esse processo levaria cerca de uma geração. Essa proposta revelava sua inclinação ao neocolonialismo. Como aliados dos Estados Unidos – com Portugal sendo membro da OTAN –, Spínola e Mobuto alinhavam-se na defesa de ideais que buscavam influenciar Angola internamente, utilizando a posição de Spínola como presidente da potência colonizadora para fomentar a implantação do capitalismo sob o pretexto de “democracia e liberdade de escolha”.

Esse plano, envolvendo Spínola, Mobuto e as administrações de Kennedy/Gerald Ford, divergiam dos princípios defendidos pelos oficiais do MFA, que acreditavam que retomar os territórios africanos não seria benéfico para Portugal. Maxwell (2006, p. 12-13) destaca que o regime concebido por Spínola não tinha apoio do MFA, enquanto os políticos angolanos temiam ser conduzidos a uma situação de dependência neocolonial em relação a Lisboa. No trabalho de Silva (2014, p. 247-248), são apresentadas duas interpretações relacionadas ao encontro entre Spínola e Mobutu:

De acordo com Guerra (2009, p. 85, citado por Silva, 2014, p. 247), na visão de Pinnok, um dos dirigentes da FNLA, o propósito de Spínola era estabelecer nas colônias portuguesas uma federação de estados multirraciais.

Já segundo Schneidman (2005, p. 253, citado por Silva, 2014, p. 248), houve consenso entre Spínola e Mobutu de que Agostinho Neto e as facções marxistas do MPLA deveriam ser excluídos da esfera política angolana.

O encontro entre Neto e Melo em Argel pode ter resultado em várias conclusões de alianças estratégicas entre as partes envolvidas. Contudo, uma questão controversa levantada por Maxwell (2006) destaca que, por razões cronológicas, seria equivocado afirmar que o encontro teve como objetivo negociar um cessar-fogo entre o MFA e as FAPLA. Isso porque o cessar-fogo entre as partes ocorreu em outubro de 1974, enquanto o referido encontro aconteceu apenas de 18 a 21 de novembro daquele ano, demonstrando um período de intensos esforços e negociações subsequentes. Marques (2023, p. 115) considera que foi nesse encontro que se definiu a colaboração entre o MFA e o MPLA no reforço político e militar deste último. Essa perspectiva parece mais alinhada com os fatos, já que a demissão de Spínola em 30 de outubro de 1974 alterou significativamente o panorama político em Portugal e nas colônias, colocando o poder efetivo nas mãos do MFA entre outubro de 1974 e janeiro de 1975 (Maxwell, 2006, p. 18).

Os laços mantidos entre os líderes do MPLA e Argel vinham se fortalecendo desde a década de 1960, com evidências de apoio contínuo na formação de guerrilheiros e líderes do movimento angolano. De acordo com Mbah (2010, p. 116), Mário de Andrade, interpelado por Franz Fanon em Roma no final de 1960, argumentava que a ideia de implementar a guerrilha em território angolano já ganhava força entre os dirigentes do MPLA. Fruto dessa antiga aliança, Maxwell (2006, p. 18) relata que, sob o patrocínio do presidente Boumediene, Agostinho Neto e o major Melo Antunes se encontraram em Argel em novembro de 1974, num momento considerado decisivo para as negociações prévias ao Acordo de Alvor. Alexandra Marques (2013, p. 115) reforça tal visão ao classificar esse encontro como um "pré-acordo de Alvor", com base nas atas registradas da reunião. Assim, percebe-se a relevância histórica do evento para o rumo das decisões políticas e militares na época.

[...] no dia 18 de novembro de 1974, o ministro sem pasta Melo Antunes, representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros Fernando Reino e major Pezarat Correia encontram-se em Argel 'numa casa cedida pelo governo argelino' com Agostinho Neto, Henrique (Iko) Carreira, Paulo Jorge e Afonso Va-Dúnem. [...]. As atas dos dois dias de reunião revelam, porém, ter sido o encontro que foi definida a colaboração do MFA no reforço político e militar do MPLA, de momento a ser preponderado no futuro (Marques, 2013, p. 115).

Presume-se que, antes da formalização oficial, o Acordo de Alvor já vinha sendo articulado nos bastidores por alguns dos líderes envolvidos no processo. Especificamente, acredita-se que o Partido Comunista Português (PCP) e o Movimento das Forças Armadas (MFA) tenham apoiado e promovido Agostinho Neto ao longo de anos, com vistas a sua ascensão ao poder e à implantação de um sistema de partido único em Angola.

Um desenvolvimento incomum estava ocorrendo entre Melo e Neto, indicando o início de uma aproximação diplomática e ideológica entre Neto e o MFA. Essa aliança potencialmente colaboraria para redefinir o futuro de Angola, impactando os esforços de enfrentamento ao regime colonial, que já se encontrava em uma fase de declínio crítico. Os episódios associados a essa relação entre as partes eram praticamente inevitáveis, dado o histórico de militância e formação dos dirigentes envolvidos. Muitos deles eram intelectuais urbanos com forte vínculo à metrópole, que ao longo do tempo desenvolveram simpatias políticas, angariaram apoios diversos e estabeleceram conexões sólidas com setores ligados à esquerda. Com base nesse contexto, acredita-se que esses intelectuais tenham conseguido manipular o acordo em benefício próprio, utilizando estratégias para equilibrar forças em relação aos demais grupos concorrentes.

De acordo com Moraes (1998 apud Esteves, 2016, p. 69), a elite político-militar de orientação esquerdista responsável pelo processo de transição foi quem formulou a Lei 7/74, datada de 27 de julho, que previa a transferência do poder aos movimentos considerados pró-soviéticos. Maxwell (2006, p. 18) também reforça a ideia de que a influência ideológica do MFA aproximou as autoridades portuguesas do MPLA em detrimento das demais organizações concorrentes.

As promessas feitas por Melo a Agostinho Neto, possivelmente com suporte do MFA, podem ter moldado seu posicionamento em relação aos outros líderes nacionalistas. Essa colaboração teria incentivado em Neto uma expectativa concreta de chegar ao poder, diminuindo a necessidade de negociar uma paz com a FNLA e a UNITA. Rocha e Santos (2018, p. 101) destacam que, para a Argélia, apenas o MPLA era percebido como o verdadeiro defensor da independência e representante legítimo do povo angolano. Já Silva (2008, p. 131) observa que o maior objetivo do Brasil seria influenciar na decisão final para facilitar o reconhecimento de um eventual governo liderado pelo MPLA.

A ideia de que Portugal favoreceu o MPLA também é corroborada por Esteves (2016, p. 73-74), argumentando que a elite política dos governos provisórios II a VI incentivou esse direcionamento, especialmente sob as lideranças de Vasco Gonçalves (nos períodos entre o II ao V Governo provisório) e José Pinheiro de Azevedo (no VI Governo provisório).

A tentativa de aliança entre Neto e Savimbi, simbolizada por um encontro fraternal em Luso, centrava-se na evocação de "laços de amizade necessários para que o nosso povo seja completamente livre e feliz, reconstruindo a nossa terra". Contudo, essa iniciativa não produziu resultados concretos, devido à falta de alinhamento ideológico entre as partes. Cada líder era marcado por personalidades distintas, refletidas no modus operandi de seus respectivos movimentos. Roberto buscava eliminar "o branco e a obra do branco", sendo visto como "lacaio dos americanos, regionalista e tribalista". Savimbi apresentava-se como maoísta, defendendo "o angolano em primeiro lugar" e o centralismo, mas também era apontado como lacaio do imperialismo americano e adepto do tribalismo. Já Neto, descrito como "obstinado" e contrário à luta de classes, era também percebido como tendo "um caso patológico de autoritarismo", com tendências centrífugas no seu movimento que comprometiam significativamente sua eficácia (Maxwell, 2006, p. 9).

Em 5 de janeiro de 1975, a tentativa de Jomo Kenyatta de formar uma frente única para negociar o processo de descolonização de Angola estava longe de se concretizar. Diversos fatores

sensíveis e cruciais da política colonial tornaram essa tarefa ainda mais complicada. A chegada do Almirante Rosa Coutinho a Luanda como representante dos interesses de Belém poderia alterar o cenário. Ainda assim, embora tenha sido imaginada a união entre FNLA e MPLA para a formação do Conselho Supremo da Libertação de Angola (1973, apud Correia, 2021, p. 258), o projeto não foi adiante por diversas razões.

Primeiramente, conforme Marques (2013, p. 75), Rosa Coutinho mantinha uma relação de rivalidade política com Mobutu e Holden Roberto, principalmente devido a episódios ocorridos em 1961, quando fora preso pela UPA e submetido a humilhações e maus-tratos. Rosa Coutinho nutria uma "simpatia" pelo MPLA não apenas por convergências ideológicas com Agostinho Neto, mas também por seu profundo desprezo à FNLA e a Mobutu, a quem chamava de "fascista negro". Ressentia-se particularmente do tratamento que recebeu das tropas de Mobutu, que o expuseram ao público completamente nu, o que minava qualquer possibilidade de diálogo mediado por ele.

Em segundo lugar, ainda segundo Marques (2013, p. 287), a aliança entre o MPLA e a UNITA, que visava à instauração de um regime progressista em Angola, também fracassou. A divisão entre os que sustentavam diferentes visões para a transferência de poder — alguns defendendo exclusivamente o MPLA, outros inclinados a uma parceria com a UNITA — somou-se ao posicionamento de figuras como o General Silva Cardoso, defensor desde o início de uma "neutralidade passiva, expectante, arbitral e formal" no processo de descolonização.

Apesar desse cenário instável, o MPLA e a FNLA conseguiram chegar a alguns consensos. De acordo com Silva (2014, p. 260), esses incluíam dois pontos principais: o fim das hostilidades e da propaganda adversa que dificultavam uma colaboração mais sincera entre os movimentos; e a defesa contínua dos interesses do povo angolano. No entanto, a implementação dessas cláusulas foi comprometida pela curta duração do período entre os acordos de Alvor até os eventos que se seguiram.

O apoio do Estado português ao MPLA, conduzido sobretudo pelo MFA, era evidente e visava contrabalançar o poder da FNLA, então favorecida por Mobutu e pelos Estados Unidos, com superioridade militar consolidada. Essa necessidade de equilíbrio foi justificada por Rosa Coutinho como uma forma de evitar uma guerra civil caso as forças não fossem equiparadas (Marques, 2013, p. 161). No entanto, paradoxalmente, foi justamente esse desequilíbrio nas alianças internacionais e compromissos parciais do Estado português que contribuíram para o começo do devastador conflito civil em Angola.

O Estado português falhou em oferecer um processo de transição independente e transparente, muitas vezes priorizando interesses ideológicos em detrimento das aspirações legítimas do povo angolano. Essa trágica realidade se distanciou das promessas feitas em encontros como o Acordo de Alvor, onde líderes como Neto e Savimbi projetavam um futuro compartilhado. Ao final, toda essa conjuntura culminou no início da chamada "Guerra sem Consciência". No entanto, como sugere a história mais recente, políticas autocráticas e beligerantes invariavelmente acabam caindo em descrédito, abrindo espaço para escolhas mais inclusivas e modelos políticos baseados na ética democrática, como apontado pelo movimento em direção ao socialismo democrático em 1992.

Decorria o congresso do MPLA durante o mês de agosto de 1974, em Lusaka. Os três dirigentes não se entenderam desde o início e, em 3 de agosto, o conflito entre Neto e Chipenda era já irreparável. A facção Chipenda exigia a apresentação de contas e que fosse votada uma moção de confiança à liderança, que Neto recusou (Marques, 2013, p. 49).

Presume-se que, para viabilizar o plano comunista envolvendo Portugal e a URSS em Angola, seria mais conveniente manter Agostinho Neto na liderança do MPLA durante as negociações pela independência do país. Isso ocorreria porque não se previa uma unificação entre os líderes nacionalistas segundo a perspectiva do colonizador. A atitude de Neto pode ser justificada pela relação de amizade e confiança que ele ostentava como um potencial representante dos interesses comunistas em Angola. Há também a crença de que sua indicação visava assegurar a predominância marxista entre os angolanos, em contraste com as visões ideológicas defendidas pela FNLA e pela UNITA. Esses grupos, diferentemente do MPLA, não chegaram a ser completamente desprezados pela elite portuguesa. Para Esteves (2016, p. 74), essa postura visava evitar a interrupção da implantação de uma linha política progressista em Angola, num contexto alinhado às transformações políticas em Portugal.

Com intuito de impedir uma eventual convergência de interesses entre Holden Roberto e Jonas Savimbi na hipótese de vitória de Daniel Chipenda no Congresso de Lusaka, Marques (2013, p. 49-50) aponta que o general Coutinho "enviou dois interlocutores ao congresso, Teixeira da Silva e Conceição Santos, [...] com a missão de persuadir Neto a não desistir da presidência [...]". Ao que tudo indica, o "netismo" foi derrotado no referido congresso, agravando ainda mais o distanciamento entre Neto e Chipenda. A derrota de Neto foi significativa, recebendo apenas 135 votos favoráveis contra 265 contrários. Além disso, há relatos de reação negativa em função da ordem de execução de emissários ligados a Chipenda em Brazzaville, no ano de 1973.

No entanto, sugere-se que os comunistas mantinham objetivos seletivos dirigidos diretamente a Neto, mais do que ao MPLA enquanto entidade política angolana. Edmundo Rocha (2009, p. 239-240) destaca essa relação particular e estratégica, ressaltando os contornos do papel desempenhado por Neto no cenário mais amplo das disputas ideológicas e políticas em Angola.

[...] Mas mais uma vez a sorte bafejou Agostinho Neto. A eclosão da Revolução do 25 de abril, em Lisboa, deu-lhe a grande oportunidade que, com grande habilidade, soube aproveitar, apoiando-se nos seus antigos camaradas do MUD Juvenil e do PCP, então no poder em Portugal.

Neto, confiando no apoio dos seus aliados no poder em Lisboa, ainda tentou negociar com os líderes da oposição, mas sem sucesso. Enquanto isso, os portugueses buscavam firmar uma série de acordos para amenizar as hostilidades entre os três movimentos em meio a intensos conflitos de guerrilha. As desconfianças entre os líderes dessas forças vinham desde a mobilização das células clandestinas e se acentuaram durante a luta armada, que se estendeu de 1961 a 1974. Como apontam Wheeler e Péliissier (2009, p. 288), as diferenças étnicas entre os bakongo e os kimbundu exerceram influência nesse cenário. Além disso, Maxwell (2006, p. 22) destaca que os conflitos internos e as divisões nos movimentos de libertação de Angola foram marcados por questões étnicas, regionais e pela própria política colonial portuguesa.

Ataque ao Acordo de Alvor

Na visão de Lacerda (1974, p. 4), as causas do movimento militar de 25 de abril são diversas, sendo a principal delas a política colonial defendida por Marcelo Caetano, fundamentada na ideia de salvação nacional. Além disso, houve o envolvimento significativo de Rosa Coutinho na condução do processo, que enfrentou medidas humilhantes impostas por Mobutu e Roberto em 1961. É nesse conjunto de fatores que se encontra o ponto de partida para o desdobramento do Acordo de Alvor, um marco jurídico, político e histórico que pavimentou o caminho para a tão desejada independência dos angolanos, o Dipanda. Por esse motivo, os Movimentos de Libertação decidiram suspender, em 1974, o conflito armado contra os colonizadores portugueses para avançar nas negociações de independência.

O acordo foi firmado entre os dias 10 e 15 de janeiro de 1975, em Alvor, no Algarve, Portugal, envolvendo o Estado Português e os principais movimentos de libertação: FNLA, liderada por Holden Roberto; MPLA, sob a liderança de Agostinho Neto; e UNITA, representada por Jonas Savimbi. Esses grupos atuaram como legítimos representantes do povo angolano durante a negociação para organizar

o processo de transição rumo à independência de Angola. Segundo o Anexo I do Acordo de Alvor (Portugal, 1975), o artigo 1º e o artigo 2º afirmam solenemente que o Estado Português reconhecia o direito do povo angolano à sua independência. De acordo com Alexandra Marque, Agostinho Neto já tinha amplo domínio sobre as questões-chave discutidas em Alvor, beneficiando-se da afinidade que mantinha com membros do governo português graças às articulações realizadas previamente durante o encontro de Argel.

Segundo a Lei nº 1/75: Cria em Angola, para iniciarem funções em 31 de janeiro de 1975, um Governo de Transição, Uma Comissão Nacional de Defesa e Um Estado-Maior Unificado, nos termos e com duração, competência e composição definidos nos Acordos de Alvor, Algarve, celebrado entre o Estado Português e os Movimentos de Libertação de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (Portugal, 1975).

O Colégio Presidencial tomou posse em 31 de janeiro de 1975, sendo composto por Lopo do Nascimento do MPLA, José N'dela da UNITA e Johnny Eduardo da FNLA. Este colégio era liderado pelo Alto-comissário, general Silva Cardoso, representante do presidente português Costa Gomes. Ao assumir as suas funções, Silva Cardoso comprometeu-se a adotar uma postura política neutra, colocando-se acima dos partidos. No entanto, essa neutralidade revelou-se impraticável frente à complexidade do contexto político. Poucos dias depois, Rosa Coutinho, na posição de Alto-comissário, teria ignorado deliberadamente o recebimento de armas pelo MPLA, segundo relato de Silva (2008, p. 142). Este episódio destacou o protagonismo de Rosa Coutinho na condução do futuro de Angola, um processo que terminou de forma desastrosa para todas as partes envolvidas, inclusive para a comunidade internacional.

De acordo com o capítulo VI das eleições gerais para a assembleia constituinte de Angola (Portugal, 1975), previa-se que essas eleições fossem organizadas no prazo de nove meses. Assim, a única forma legítima de se tornar presidente da nova República de Angola deveria ser através das eleições, que também estariam diretamente ligadas à proclamação da independência. Porém, diante da ausência desse processo eleitoral, pode-se deduzir que houve uma quebra dos princípios estabelecidos pelo Acordo de Alvor, especialmente com a autoproclamação presidencial por parte daqueles que assumiram o poder. Isso foi reforçado pelo reconhecimento imediato do governo brasileiro sob o comando do Itamaraty. Tal reconhecimento ocorreu num cenário onde, segundo Santos (2018, p. 40), um país dominado por uma ditadura civil-militar tinha margem para exercer influência política em situações internacionais desse tipo. Além disso, de acordo com registros do Corpo Consular brasileiro

em Luanda, o MPLA foi favorecido pela convivência das tropas portuguesas presentes no território (Telegrama, 1975 apud Silva, 2008, p. 161).

Os Estados Unidos, em contrapartida, demonstraram ceticismo em relação ao processo conduzido pelos portugueses. Esse ceticismo era parcialmente explicado pelo fato de Portugal viver sob um regime considerado pouco democrático devido ao legado fascista. Apesar disso, os EUA inicialmente ocultaram suas intenções e, em fevereiro de 1975, expuseram abertamente seu apoio à FNLA e, mais tarde, à UNITA. Em geral, regimes autoritários tendem a perpetuar práticas como corrupção sistêmica, nepotismo e divisões sociais para manter o controle. Surge, então, uma questão inevitável: como poderia Portugal guiar um processo democrático de maneira genuína se ele próprio não vivenciava uma democracia plena? Na verdade, a independência de Angola era um destino inevitável; contudo, dada a carência de raízes democráticas e o curto período para instituí-las, somados às profundas divisões entre os movimentos políticos angolanos, seria irrealista acreditar na sustentabilidade de um governo representativo no curto prazo (Marques, 2013, p. 28).

A estrutura dos resultados decorrentes do Acordo de Alvor, de maneira geral, apresentou-se relativamente bem encaminhada. Maxwell (2006, p. 20) relembra que, após a assinatura dos acordos, Neto permaneceu em Portugal, administrado pelo MFA, viajando pelo país e mantendo extensos encontros com lideranças políticas e militares. No entanto, a meu ver, existiu algum erro premeditado na composição das Forças Armadas de Angola. Primeiramente, a segurança dos líderes de cada movimento de libertação ficava sob responsabilidade de seus próprios militares, o que justificava a quantidade exorbitante de combatentes em cada frente. Em segundo lugar, não ocorreu uma desmobilização efetiva dessas forças, o que resultou em constantes confrontos entre elas. Em terceiro lugar, a baixa qualificação intelectual dos combatentes contribuiu para a falta de equilíbrio, inclinando-os ao uso predominante da força armada. Isso indica que a segurança dos dirigentes e nacionalistas deveria ter sido delegada às Forças Armadas Portuguesas, devido às marcantes disparidades ideológicas entre os movimentos que compunham a cena política. Apesar disso, Esteves (2016, p. 77) aponta que o Estado português teria se alinhado à URSS ao favorecer o MPLA.

Conforme o Art. 28º do Anexo 1 (Portugal, 1975), no item c), garantir a paz, a segurança e a ordem pública foi uma das maiores violações cometidas pelas partes envolvidas no processo, sobretudo pelo “poder popular” associado ao MPLA. Ressaltam-se dois eventos marcantes referentes a essa violação. Para Cardoso (2009, p. 515 apud Silva, 2014, p. 262-263), uma das razões mais prováveis para o conflito se baseia em provocações verbais disseminadas pela emissora oficial do Governo de

Transição, cujo chefe de redação era António Cardoso, conhecido ativista do MPLA. As consequências desses eventos foram evidentes: primeiro, a reação da FNLA, em que um grupo liderado por Vaal Neto invadiu as instalações da emissora e deteve António Cardoso; em seguida, a resposta do MPLA veio por meio de um comunicado oficial carregado de um tom que deixava claro que o ocorrido no Algarve era interpretado como uma farsa para enganar tanto a comunidade internacional quanto os próprios angolanos. É importante destacar que enquanto as pastas da Comunicação Social e da Justiça estavam sob controle do MPLA, o Ministério do Interior estava sob responsabilidade da FNLA, criando inevitavelmente um cenário de tensões e atritos contínuos.

Os exércitos dos três Movimentos se preparavam para o que Agostinho Neto denominou de 'segunda libertação' (Marques, 2013, p. 223). Contudo, de forma irônica, não se tratava propriamente de uma libertação, mas da imposição de forças. Em fevereiro de 1975, as FAPLA lançaram uma operação contra a facção liderada por Chipenda. Nesse contexto, o povo acabou por se tornar vítima das políticas de hostilidade implementadas por um regime político que surgia em meio às cinzas da guerra civil. Com a violação dos acordos, e em uma tentativa de controlar a anarquia, o general Ferreira de Macedo suspendeu parcialmente as disposições estabelecidas, conforme o Decreto-Lei nº 458-A/75, de 22 de agosto (Angola... apud Mbah, 2010, p. 313).

Diz-se que “a política corrompe a honestidade”, e a relação de reciprocidade entre os líderes nacionalistas era praticamente inexistente. As ideologias defendidas por cada movimento não admitiam diálogo ou convivência com ideias divergentes. Por essa razão, segundo Visentini (2012, p. 74), o MPLA não tinha qualquer intenção de partilhar o poder com outras forças políticas, buscando estabelecer, sob o pretexto de uma aliança entre o proletariado e os camponeses, uma dita 'ditadura democrática revolucionária'. Esse cenário culminaria, segundo Esteves (2016, p. 63), em um MPLA apoiado pela elite política portuguesa, que defendia os interesses de Moscou, forçando a população a se alinhar a essas mesmas diretrizes e silenciando suas aspirações soberanas.

No que diz respeito à distribuição dos ministérios entre as quatro forças políticas envolvidas no processo (Estado Português, FNLA, MPLA e UNITA), esta baseou-se no Artigo 20º do acordo, que estabelecia uma repartição igualitária dos Ministérios da Transição entre essas entidades (Portugal, 1975). O Artigo 21º detalhava as atribuições ministeriais: à FNLA foram designados os Ministérios do Interior, da Saúde e Assuntos Sociais, e da Agricultura; ao MPLA couberam os Ministérios da Informação, do Planeamento e Finanças, e da Justiça; enquanto à UNITA ficaram atribuídos os Ministérios do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura, e de Recursos Naturais.

Na minha perspectiva, essa divisão ministerial evidenciava uma assimetria quanto à importância dos ministérios na estrutura de governo. As forças políticas encontravam-se numa conjuntura em que necessitavam de instrumentos para consolidar sua influência e responder às expectativas populares. Por esse motivo, houve quem se apropriasse de determinadas pastas em benefício próprio, comprometendo o avanço de um processo estrutural mais equilibrado. Não raras vezes, ocorreram disputas entre o Ministério do Interior e o da Justiça, especialmente entre o órgão encarregado de manter a ordem pública e aquele responsável por decretar prisões. Neste contexto, foram registrados abusos de poder nas comunidades rurais e em outros locais, muitas vezes perpetrados por militares e militantes ligados a um partido que se recusavam a seguir determinações de seus adversários políticos. Essa situação acabou por intensificar o desajuste nas esferas governativas, fomentando um cenário marcado por hostilidades e acusações mútuas em diversos níveis de atuação política.

As pastas tinham sido criteriosamente distribuídas; **o MPLA controlava três áreas governamentais decisivas**¹: as Finanças, a Comunicação social e a Justiça, que incluía os serviços prisionais e os tribunais. Se o Ministro era de um Movimentos os Secretários de Estado pertenciam a outros dois (Marques, 2013, p. 229).

Com essas pastas ministeriais, verificou-se em todos os campos da vida política e social um desrespeito constante e uma insubordinação às ordens do Ministro do Interior, responsável por assegurar a ordem e a tranquilidade. Atos de desobediência às autoridades tornaram-se frequentes, especialmente nos centros urbanos e nas favelas das cidades, com destaque para Luanda. Um exemplo disso pôde ser observado ao longo do mês de fevereiro, quando ficaram evidentes diversas ocorrências.

Atos provocatórios a cidadãos e às autoridades através de insultos, ameaças, agressões e intimidações; detenções ilegais de pessoas; apropriação de armas e entrada abusiva em residências; exibição de armas em centros urbanos, designadamente em locais públicos, e utilização injustificada de armas de fogo [...] apedrejamento de depredação de viaturas, roubos e a evasão de presos de duas cadeias comarcãs (Marques, 2013, p. 239).

Sob essas circunstâncias, sempre que um policial alinhado ao FNLA abordava um militante da UNITA ou do MPLA, era frequentemente acusado de ser um "reacionário", utilizando-se de termos pejorativos que enfraqueciam a autoridade e o papel essencial da polícia na preservação da ordem. Essa situação refletia a ausência de preparo acadêmico de muitos adeptos dos movimentos de libertação, fator que contribuiu para o colapso do processo em favor de uma "guerra sem consciência". Poucos tinham qualquer noção do perigo iminente que a instabilidade trazia para suas famílias, amigos e para

¹ Todo "Grifo nosso" estará em negrito.

todo o povo angolano. Marques (2013, p. 354) observa que, durante as comemorações da semana de unidade nacional, ocorridas entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 1975, houve um momento marcante e paradoxal no discurso inicial de Agostinho Neto: "As forças de reação em Angola ainda estão vivas e não foram de modo algum neutralizadas". Enquanto nas comunidades das favelas certos gestos eram celebrados como atos de bravura pelo poder popular, a cimeira de Nakuru acabou sendo percebida mais como uma formalidade para cumprimento de agenda política.

Angola guerra sem consciência

Nossa reflexão inicia-se com a passagem da Carta de São Tiago 4.1: De onde vêm as guerras? De onde surgem os conflitos entre vós? Não são provenientes justamente das paixões que guerreiam dentro de vós? A origem das guerras entre os angolanos, as quais beneficiaram mais os colonizadores enquanto causaram enormes prejuízos ao povo angolano, revelou-se vergonhosa e desnecessária para o progresso e o desenvolvimento sustentável. Esses conflitos alimentaram o ódio, a discórdia, a inveja, a vingança, a ira e a ganância, resultando em divisões profundas cujo impacto demandará muito tempo para cicatrizar as feridas deixadas por essa "guerra sem consciência". Os arquitetos das guerras modernas raramente colocam-se na linha de frente ou permitem que seus familiares mais próximos participem diretamente dos combates. No entanto, essas guerras atingiram os mais vulneráveis — os indefesos, os pobres e as populações rurais — que acabaram manipulados em função dos interesses de um pequeno grupo dominado por ideologias políticas desumanas.

Para permitir que o conflito ocorresse, o Estado português autorizou o apoio direto da URSS ao Congo Brazzaville, que, por sua vez, repassava esse suporte ao MPLA. De forma oposta, o governo de Washington apoiava Leopoldville, e esse auxílio transitava até a FNLA e a UNITA, contribuindo significativamente para o agravamento das relações entre as partes. De acordo com Marques (2013, p. 289), o ponto mais excepcional desse cenário foi a permissão para a entrada de armas do Pacto de Varsóvia destinadas ao MPLA, uma vez que a UNITA não tinha acesso ao armamento português fornecido pela Aliança Atlântica. Já o suporte oferecido pela CIA às forças combinadas da FNLA e da UNITA intensificou-se em fevereiro e setembro de 1975. No entanto, Silva (2008, p. 156) aponta que a participação militar da África do Sul em apoio à UNITA em Angola representou um erro estratégico significativo, legitimando a intervenção militar cubana sob a tutela de Moscou.

A chamada "guerra sem consciência", alheia ao espírito de solidariedade e marcada pela falta de unidade entre os movimentos nacionalistas, mostrou-se brutal e devastadora para as comunidades angolanas. Conforme observado por Ki-Zerbo (2009, p. 25), os africanos foram mobilizados para "lutas nobres", distinguindo essas campanhas das guerras coloniais sujas, onde eram manipulados uns contra os outros. O impacto dessa guerra resultou em um profundo desequilíbrio e na desestruturação das famílias angolanas. A vida das populações, especialmente nas zonas rurais, tornou-se insustentável devido à economia paralisada e à escassez de terras cultiváveis, tomadas por minas antipessoal e antitanque no lugar das sementes agrícolas. Isso gerou deslocamentos populacionais constantes. Além disso, a violência, as intimidações e os abusos cometidos pelos combatentes possivelmente levaram parte significativa do povo angolano a desenvolver um "Síndrome de Estocolmo Coletivo", resultando no surgimento de cultos de personalidade mesmo em face das humilhações e atrocidades sofridas.

Não era encarregado a ensinar a democracia aos 'súbditos africanos', [...] os regimes independentes passaram rapidamente do multipartidarismo para o monopartidarismo, preferiram amordaçar os outros partidos, embora não os suprimissem diretamente (Ki-Zerbo, 2009, p. 62).

Presume-se que nossos avós e pais tenham confundido o partidarismo com patriotismo ou nacionalismo, uma vez que o angolano assimilou uma cultura de militância partidária oriunda da guerrilha, e não uma militância política de natureza acadêmica, pautada pela aceitação de críticas e debates. Dessa forma, sob os ideais de ruptura e continuidade, os interesses do Estado não se sobrepõem aos do partido governante, mantendo-se a estrutura do Partido-Estado, semelhante ao que é observado em regimes comunistas e autocráticos, que se consolidaram profundamente no tecido social. Com essa abordagem e maneira de compreender as políticas públicas, alternando avanços e retrocessos, admite-se a existência de um vazio na construção do sentimento de Estado, dificultando a separação entre os interesses permanentes do Estado e os objetivos transitórios de um governo entre os angolanos contemporâneos.

Por outro lado, é imprescindível reconhecer que, segundo a visão de Ki-Zerbo (2009, p. 55), os africanos ainda não solucionaram a questão do Estado, muito menos a da nação. Questões partidárias frequentemente sobrepõem-se às preocupações com o Estado e a nação, especialmente em países marcados pelo monopólio político de um único partido. Nesses contextos, ideologias são frequentemente usadas como ferramentas para moldar e manipular a opinião pública em favor de grupos que, durante a "guerra desprovida de consciência", transformaram-se em forças influentes. Reconhecidos outrora como heróis e patriotas do período da guerra de independência, projetavam a

ideia do "fruto da justiça [que] é semeado na paz" (S. Tg 3, 18). Contudo, no paradoxo das circunstâncias, essas mesmas ideologias passaram a justificar e facilitar o desvio de recursos por ambos os lados do conflito. Alinhar-se estrategicamente a essas ideologias converteu-se, então, no critério predominante para obter ou não acesso a recursos destinados ao bem-estar social. Nessas sociedades, o histórico de luta armada permanece sendo um elemento determinante para conquistar posições de poder na política contemporânea africana.

A questão que surge é complexa: como Angola, após quase três décadas de guerra civil e sem um marco legal consolidado para negócios, conseguiu formar uma elite extremamente rica? Essa pergunta dificilmente pode ser respondida de forma simples, mas algumas reflexões ajudam a compreender o contexto. De modo geral, guerras frequentemente florescem em ambientes de corrupção. No caso de Angola, as disputas internas entre os movimentos de libertação já indicavam uma feroz corrida armamentista desde o início da luta armada. Tais rivalidades, que foram herdadas desde a gênese do movimento nacionalista, continuam sendo objetos de análises históricas a fim de identificar os principais protagonistas dessa resistência.

Os movimentos que deveriam estar unidos contra o domínio colonial português frequentemente se envolveram em conflitos entre si, uma situação que acabou favorecendo os interesses do colonizador. Em suas pesquisas, Wheeler e Pélissier (2009, p. 285-286) destacam que os atritos entre os partidos políticos nacionalistas angolanos chegaram a um ponto extremo em que as duas principais facções gastavam mais energia combatendo-se mutuamente do que enfrentando os portugueses no campo de batalha. Marques (2013, p. 226) aponta que o ambiente de tensão e instabilidade se agravou já no início de 1975, com a descoberta de infiltração de armas através de Cabinda e Santo António do Zaire, locais estratégicos de suporte ao MPLA e à FNLA.

O Governo de Transição que sucedeu o regime português foi estabelecido tanto em bases de ruptura quanto de continuidade. As normas pareciam ser aplicadas com parcialidade: flexíveis para alguns e rígidas para outros. Esse cenário foi moldado para mitigar os conflitos entre os movimentos de libertação, proporcionando vantagens estratégicas às facções menos favorecidas na luta armada. Historicamente, é apontado que a FNLA desgastou significativamente as forças coloniais entre 1962 e 1965, enquanto o MPLA teve participação essencial em 1972 e 1973 (Correia, 2021, p. 258). Entretanto, a insegurança política e a fragilidade da governança permeavam os bastidores dos grupos nacionalistas, com diferentes interpretações sobre o acesso ao poder.

No início de 1975, o panorama ficou ainda mais conturbado. Nas áreas periféricas de Luanda, onde estavam as favelas mais vulneráveis, houve um significativo aumento no armamento da população. Segundo Esteves (2016, p. 74) e Correia (2021, p. 343), entre março e agosto daquele ano, cerca de 12 mil toneladas de equipamento militar chegaram ao território angolano. Esse movimento impulsionou a formação do "poder popular" em comunidades rurais e fortaleceu o posicionamento do MPLA nessas áreas. Não por acaso, as FAP (Forças Armadas Populares) chegaram a afirmar que os Comitês de Bairro em Luanda estavam dispostos a resistir ao desarmamento pela FNLA ou pela UNITA (Marques, 2013, p. 237).

Na busca pela resposta sobre quem de fato foram os heróis dessa época conturbada, surgem diferentes perspectivas. Se por heróis entendemos aqueles que sacrificaram suas vidas pela pátria, é inegável que houve inúmeros mártires anteriores a 1975. Mas se ampliarmos a definição para abarcar indivíduos que se destacaram por feitos extraordinários como a concretização da independência da nação, podemos incluir outros protagonistas nesta narrativa histórica. Ainda assim, não se pode ignorar que havia também quem lutasse contra o avanço do comunismo radical, inclusive entre socialistas liberais.

Wheeler e Péliissier (2009, p. 260) observam como um contexto de desconfiança e animosidade latente pairava sobre Angola desde 1961, determinando boa parte dos eventos subsequentes. Essa onda culminou na militarização das comunidades e na instauração de episódios brutais, tanto nas áreas urbanas quanto nas zonas rurais. Várias dessas ações foram promovidas por milícias baseadas em Luanda e intensificaram ainda mais as feridas sociais deixadas pelo conflito. Como menciona Alexandra Marques (2013), o peso das divisões internas e das hostilidades acumuladas configuraram desafios duradouros para o futuro do país.

O problema eram as milícias do MPLA, disse *N'Dele*. [...] nos quartéis da FNLA todo o pessoal se encontrava disciplinado, enquanto nas bases do MPLA nem sequer obedeciam ao chefe do Estado-Maior, gritavam com frequência: Abaixo os reacionários!

Os políticos, de modo geral, tendem a cometer erros em sequência, principalmente quando buscam implementar regimes políticos que não toleram a oposição nem estão dispostos a ouvir opiniões divergentes. Para Thompson (1981, p. 152), isso se traduz na "manipulação deliberada da lei, dos meios de comunicação, da polícia e dos instrumentos de propaganda estatal para suprimir o conhecimento, disseminar mentiras, difamar indivíduos e utilizar todos os meios de autoafirmação".

Se o propósito inicial da luta pela independência em Angola, tal como se estabeleceu de 1961 até janeiro de 1975, tivesse sido mantido, os angolanos talvez não tivessem vivenciado uma "guerra sem consciência", que dividiu famílias e comunidades: irmãos contra irmãos, pais contra filhos, avós contra netos, sogros contra genros, e acentuou os conflitos étnicos entre bakongo, kimbundu e ovimbundu. O cerne da questão parecia residir menos na libertação do povo angolano e mais em quem assumiria o poder no país.

Essa reflexão suscita uma pergunta fundamental: "De onde vêm as disputas entre vocês? Não surgem das paixões que guerreiam dentro de vocês mesmos?" (São Tiago 4.1). Assim, movido pelas paixões derivadas de ideologias políticas, o homem se torna capaz de sacrificar valores e meios em busca de seus objetivos. Consolida-se, dessa forma, o princípio do "dividir para reinar", onde todos desconfiam uns dos outros. Aqueles que não compartilhavam das visões predominantes eram prontamente rotulados como "reacionários", acusados de arquitetar outros regimes.

Marques (2013, p. 252) recorda que, durante um juramento à bandeira em 23 de fevereiro, Agostinho Neto declarou que os angolanos leais à causa nacionalista deveriam atirar contra aqueles que rejeitassem os ideais do MPLA. Correia (2021, p. 268-269) assinala que a UNITA já havia adotado uma linha maoísta e contava com apoio de países como China, Estados Unidos, Inglaterra e Suíça. Por outro lado, Maxwell (2006, p. 22) descreve a FNLA como um movimento caracterizado por uma direção centralizada e tendências capitalistas.

Essas divergências políticas geraram profundas divisões e conflitos entre os próprios nacionalistas, marcados por rivalidades ideológicas e simbolismos associados às diferentes bandeiras. "Onde há inveja e rivalidade, ali também há desordem e toda espécie de ação daninha" (São Tiago 3.16). Essa situação apenas fomentou o discurso político que incitava o ódio entre os próprios angolanos. Sobre isso, Marques (2013, p. 358) faz a seguinte observação:

As autoridades portuguesas assistiam impávidos à destruição do país como denunciava o Ministro da Economia em carta aberta dirigida aos seus pares, ao Colégio Presidencial e aos líderes angolanos. Chamando incompetente aos colegas de governo e responsabilizando os Movimentos por sua 'miopia política' causar 'uma luta suicida' que apenas vitimava o povo.

Em 1975, a corrida ao armamento e o apoio interno e externo aos movimentos marcaram o cenário político. A liderança da FNLA, de caráter exilado, era vista como personalista e tribal, com foco no povo kongo. Segundo Maxwell (2006, p. 22), o MPLA apresentava uma liderança urbana e

misturada, principalmente composta por kimbundus, enquanto a UNITA concentrava sua liderança em um líder que buscava atrair os angolanos brancos e mantinha suas raízes rurais umbundu.

Marques (2013, p. 161) e Esteves (2016, p. 75) reforçam que o apoio do Estado português ao MPLA se tornou evidente quando Rosa Coutinho visitou o maior campo de refugiados catangueses para persuadir o comandante dos fiéis estrangeiros, Nathaniel Mbumba, a se aliar ao movimento. Segundo eles, isso marcou um ponto de virada em que as FAPLA deixaram de estar em desvantagem. Esses estrangeiros visavam permanecer em Angola devido à perseguição do regime de Mobutu no Zaire. O auxílio de Rosa Coutinho ao MPLA, identificado como próximo à esquerda portuguesa, consolidou-se no desenrolar dos conflitos entre o MPLA e a FNLA, assim como entre a UNITA e o MPLA. Em contrapartida, conforme Marques (2013, p. 162), os catangueses desejavam permanecer em Angola após a independência, caso fossem autorizados pelas novas autoridades. De fato, foi isso que ocorreu ao longo da guerra civil.

Maxwell (2006, p. 28-33) aponta dois suportes político-militares fundamentais em 1975:

[...] pelo Sul avança uma operação combinada entre extremistas de direita portugueses, tropas sul-africanas, e um díspar conjunto de gente que incluía a UNITA, forças auxiliares da FNLA e de Daniel Chipenda; [...] uma força de combate efetiva, juntaram-se às depauperadas unidades militares do MPLA em 1975, em novembro, revelaram-se importantes na defesa de Luanda.

Durante as negociações pela independência, a sociedade angolana enfrentava uma realidade marcada por um alto índice de analfabetismo, que ultrapassava 90%, e pela predominância da população em áreas rurais. Esse contexto teve um impacto significativo na organização e no desenvolvimento do país, especialmente diante das diversidades étnicas e culturais que compõem o mosaico angolano. A escassez de profissionais qualificados capazes de liderar a nação era evidente, afetando até mesmo os próprios movimentos de libertação, que não possuíam os recursos técnicos necessários. Marques (2013) destaca que, em uma reunião realizada em 14 de junho de 1974, Savimbi sugeriu uma transição de sete anos, argumentando que Angola não tinha quadros suficientes nem os movimentos estavam preparados para governar a curto prazo. Essa proposta, no entanto, foi rejeitada pelos demais líderes políticos.

A classe burguesa angolana, composta por assimilados angolanos, cabo-verdianos, santomenses e catangueses, começou a ocupar cargos estratégicos no aparelho estatal a partir de 1975. Wheeler e Pèlissier (2009) mencionam, por exemplo, que o administrador do distrito de Malanje era um cabo-verdiano. Essa composição complexa, que incluía povos estrangeiros em Angola, foi apontada por Visentini (2012) como um fator que contribuiu para a formação do “governo híbrido do MPLA”, herdeiro de uma sociedade fragmentada e atrasada, resultado direto do colonialismo e dos impactos da guerra. As divisões e desigualdades presentes refletiam o sistema educacional implantado pelos colonizadores e suas influências desde os centros urbanos até as sanzalas.

Possíveis circunstâncias que podem ter levado à inoperância do governo de transição

Em diversos momentos, já abordamos algumas circunstâncias que enfraqueceram a eficácia do Acordo de Alvor. Parte dessas questões remonta ao período de formação das linhas ideológicas entre os nacionalistas angolanos, impactando negativamente a unidade que outrora se caracterizava por uma relação cordial, de colaboração mútua e camaradagem entre os grupos. Esse cenário, provavelmente, antecede o retorno daqueles que se formaram na diáspora. Sob a liderança do Cónego Manuel das Neves, todos os núcleos clandestinos, especialmente os luandenses, mantinham uma interação harmoniosa nas ações voltadas à luta contra o colonialismo. Segundo Rocha (2009, p. 110), o "grupo dos enfermeiros liderado por Agostinho Mendes de Carvalho, bem como o Exército de Libertação Nacional de António Pedro Bengue", contribuíram para criar um ambiente de coesão na resistência, com a independência de Angola sendo o objetivo maior e urgente. Até o final de 1959, havia trocas de ideias e uma execução coordenada das atividades.

A partir de 1960, houve uma mudança significativa na conjuntura política, especialmente com a chegada de indivíduos formados e que militavam em partidos na metrópole. Esses grupos começaram a buscar apoiadores para seus movimentos, acarretando divisões entre os nacionalistas luandenses e outros setores, devido à implantação de ideologias marxista-leninistas e capitalista-democráticas. Além disso, a influência vinda do Congo Belga, com ideologias norte-americanas incorporadas, contribuiu para a fragmentação das forças e divergências internas.

Entre os nacionalistas que haviam estudado fora do território angolano, pesavam acordos pré-estabelecidos com certos líderes partidários, tanto portugueses quanto congoleses. Esses compromissos definiram muitos dos métodos de resistência ao colonialismo português em Angola. Paralelamente, o tribalismo étnico-racial também passou a ser utilizado como estratégia para dividir e

desacreditar movimentos rivais, de forma a garantir vantagens na mobilização popular. As narrativas populistas ganharam força tanto nas áreas urbanas, voltadas aos assimilados, quanto nas zonas rurais, onde os “etnonacionalistas” buscavam a adesão por meio do uso de línguas regionais.

O conflito entre a FNLA e o MPLA intensificou-se com episódios emblemáticos, como a morte supostamente de 25 membros do MPLA emboscados em 28 de setembro de 1964. Nesse período, a FNLA mantinha controle predominante sobre a fronteira entre o Congo Léopoldville e o norte de Angola. Esse contexto prolongou-se até 1975, evidenciando dificuldades em realizar reconciliações entre os dois lados, como na tentativa liderada pela Junta Militar em Angola sob o comando de Coutinho. No entanto, segundo Wheeler e Pélissier (2009), os principais entraves para essa reconciliação eram de ordem pessoal, étnica e política. Silva (2014, p. 247) acrescenta que esses problemas também eram agravados pela hostilidade da FNLA e do MPLA em relação ao Almirante Rosa Coutinho, percebido como simpatizante das ideias de Agostinho Neto. Essa aversão teria se intensificado após a humilhação sofrida por Coutinho pelas forças de Mobutu e Roberto em 1961.

A gestão entre as populações rurais e urbanas desempenhou um papel significativo na formação do sentimento nacionalista em Angola, apresentando profundas desigualdades. Os marxistas, muitos deles pertencentes a uma elite assimilada, frequentemente não dominavam as línguas regionais, o que criava uma desconexão artificial entre o campo e a cidade. Segundo Visentini (2012, p. 66), a maioria da população angolana vivia nas áreas rurais, onde os padrões de vida e educação eram extremamente baixos. A elite marxista, estruturada com base em divisões de castas, negligenciou os costumes dos povos locais, como os kongo, kimbundu e umbundu. Assim, os movimentos orientados pelos marxistas acabavam sendo seletivos, com cargos de liderança ocupados por assimilados. Como aponta Visentini (2012, p. 66), os camponeses continuaram a ser explorados por intermediários, transportadores e fazendeiros, alimentando o crescimento da burguesia rural—a questão que viria a preocupar Neto como presidente da República Popular de Angola.

De acordo com Wheeler e Pélissier (2009, p. 313), houve uma rejeição por parte da Frente de Libertação de Angola e de alguns exilados cabindas em se unirem aos movimentos nacionalistas do restante do país—a qual teria sido sutilmente encorajada pelos colonizadores portugueses. Durante anos, muitos nacionalistas assumiram o papel de instrumentos do poder colonial para alcançar seus próprios objetivos políticos. Nesse contexto, a personalidade do líder político tornou-se essencial na tarefa de unir ou dividir os angolanos. Ademais, as ideologias vindas do exterior demonstraram uma

ambivalência: poderiam tanto enfraquecer quanto fortalecer os laços nacionais durante e após o combate contra o colonialismo.

Os massacres liderados pela UPA em 1961 e 1962 foram utilizados na narrativa política pelos colonizadores portugueses, bem como posteriormente pelo MPLA e pela UNITA, que adotaram medidas coercitivas que resultaram na morte de milhares de angolanos. Essa realidade foi interpretada como tribalismo no início do conflito, com o pretexto de eliminar as influências coloniais e suas heranças. Wheeler e Pélissier (2009, p. 257) confirmam que os massacres atingiram não apenas brancos, mas também mestiços, assimilados e trabalhadores ovimbundu contratados nas plantações de café.

No anexo um, a cúpula de Nakuru (1975, p. 190) identifica algumas razões que contribuíram para o enfraquecimento do Acordo de Alvor: a fragilidade do sistema judicial, a disseminação da justiça privada e o protecionismo dos movimentos de libertação, cujos militantes, ao praticarem atos ilegais, ajudaram a minar a autoridade do governo. Além disso, apontou-se uma carência de responsabilidade das lideranças políticas em suas condutas, enquanto grupos civis armados prosseguiram com atos de sabotagem, muitas vezes incentivados por lideranças superiores para desestabilizar as demais forças políticas. Marques (2013, p. 256) destaca que Silva Cardoso reconheceu o fracasso da Comissão Nacional de Defesa de Angola, que não conseguiu assegurar paz, segurança, ordem pública ou proteger a integridade de pessoas e bens.

Ao longo desse período, nenhuma força política mostrou disposição para dividir o poder; o agravamento das tensões tornou o conflito armado inevitável, sobretudo a partir do final de maio de 1975. A imposição de domínio via força tornou-se a estratégia de cada grupo. Essa dinâmica é ilustrada pela citação bíblica "cobiçais, matais e cultivais inveja, mas não conseguis êxito. Brigais e fazeis guerra, mas não conseguis possuir" (S. Tg 4, 2). Após 1975, as ideologias políticas triunfaram em um cenário onde predominava uma população rural e carente das ferramentas necessárias para questionar o sentido do conflito. Seria desejável que os movimentos se reconcilhassem com o povo angolano pelos atos de violência cometidos, as atrocidades e pelo impacto no subdesenvolvimento do país, expressos na destruição do patrimônio cultural e material deixado pela administração colonial portuguesa.

O afastamento entre os líderes desses movimentos fomentou nas mesmas atitudes carregadas de orgulho desmedido, competição exacerbada e um desejo intenso de dominar e explorar os compatriotas, que já sofriam com as marcas do terror infligido pelo passado colonial português. Sob um regime autoritário, os colonizadores frequentemente violavam leis e justificavam suas brutalidades

com discursos que diminuía os angolanos, acusando-os de indisciplina e submetendo-os a torturas para testar sua resistência e paciência.

Diferentes atores políticos após o fim do domínio português, incluindo o partido que assumiu o poder em 11 de novembro de 1975, cometeram também uma série de equívocos marcados pela corrupção evidente e pela violência brutal. Como historicamente ocorre em regimes autoritários, a ostensiva função de manter a ordem servia como pano de fundo para crimes e abusos, nas palavras de Lacerda (1974, p. 16). Ironicamente, embora o regime salazarista fascista e corrupto tenha sido encerrado formalmente, carregando consigo práticas como culto à personalidade, vingança e ódio, a expectativa do povo angolano por mudanças significativas não foi atendida. Enquanto buscavam romper com os vícios herdados do regime colonial, os novos líderes acabaram sendo influenciados por uma elite internacional composta por socialistas e democratas. Essa influência levou à implementação de um modelo de partido único marcado por autoritarismo e repressão semelhante ao que vigorava sob os regimes comunistas na Europa Oriental.

A política de descaso e negligência em relação à população resultou na formação de uma burguesia ainda mais radical e exploradora das camadas mais vulneráveis da sociedade. A chamada "guerra sem consciência" deixou cicatrizes profundas nas famílias e no tecido social, postergando qualquer possibilidade de prosperidade, sobretudo para crianças, adolescentes e jovens, que se tornaram, tragicamente, combustível para os conflitos armados. Essa situação agravou as tensões étnicas e raciais entre os angolanos, fragmentando o país em regiões marcadas pela identidade do sotaque, indicador de pertencimento ou ameaça quando se aproximavam as forças da FAPLA, ELNA ou das FALA, seja para viver ou perecer. Assim, o povo — que deveria representar o principal recurso a ser protegido e defendido — passou a ser visto como traidor pelas três partes do conflito.

Com o enfraquecimento do apoio internacional, incluindo a China (a partir de 27 de outubro de 1975), França, Grã-Bretanha e Estados Unidos, a FNLA encontrou-se desamparada em 1982. Dentro desse contexto de manipulação e repressão nas comunidades, era visível o crescente descontentamento da população com o regime, expresso não somente nos comentários amargos sobre o custo de vida (Filho, 1974, p. 23), mas também na atmosfera de desilusão que permeava diariamente a vida dos angolanos.

A "guerra sem consciência" instaurou um ambiente hostil e devastador. Ironia do destino ou contradição aguda, Neto afirmava: “o mais importante é resolver os problemas do povo”. Mas como

alcançar tal objetivo quando o pós-guerra deixou como herança um conjunto de desafios como o paternalismo exacerbado, o nepotismo desenfreado, o culto à personalidade e a prática generalizada da bajulação? O ápice dessas feridas históricas ocorreu com os massacres iniciados na noite de 26 para 27 de maio de 1977. O episódio levou, anos depois, ao gesto simbólico do Presidente da República, João Lourenço, que em 26 de maio de 2021 pediu desculpas públicas às famílias das vítimas e expressou sinceras palavras de arrependimento em nome do Estado Angolano. Esses acontecimentos podem ser descritos como genocídio, com números ainda obscuros que apontam para centenas de mortos. As ações da DISA (os serviços secretos de Estado) vitimaram uma significativa parcela de membros influentes do MPLA, compostos em sua maioria por autóctones e alguns crioulos.

Face a essa realidade devastadora, surgem questionamentos quase retóricos: como resolver os problemas da população em uma sociedade mergulhada na carência absoluta de educação e saúde, devastada pela fome e pelo êxodo forçado de refugiados internos e externos? Como reverter tamanho sofrimento se até mesmo o parco patrimônio material e econômico herdado do colonizador foi consumido pela "guerra sem consciência"? Afinal, como recorda Bloch (1954, p. 58 apud Thompson, 1981, p. 29), o passado é um fato consolidado; ele não pode ser alterado pelo futuro. No entanto, seus ecos seguem moldando os passos das gerações presentes.

Reflexões Finais

Em síntese, o fim oficial do governo de transição também significou o fim da paz, dando lugar a uma guerra sem consciência, impulsionada por conflitos de interesses atrelados à incitação de ideologias políticas. O congresso de agosto de 1974, realizado em Lusaka, desempenhou um papel crucial na estruturação da liderança política do MPLA e na manifestação das relações entre o Movimento das Forças Armadas (MFA) e o MPLA, evidenciada pela participação de enviados de Rosa Coutinho. Esse evento também foi marcado pela divisão entre os delegados: 165 apoiavam Agostinho Neto (líder desde 1962), 165 eram partidários de Daniel Chipenda e 70 apoiavam Mário de Andrade. O processo de descolonização foi influenciado por fatores variados, tanto internos como externos. Entre os fatores internos estavam o estímulo político, a divisão entre populações autóctones e integradas, a hostilidade e a utilização de propaganda agressiva. Já externamente, destacou-se a fragmentação dos apoios devido à transversalidade da escolha do MPLA como aliado natural do MFA em Angola. Enquanto a esquerda radical – incluindo o Partido Comunista Português (PCP), membros

do MFA e a União Soviética – favorecia a aliança com o MPLA, a CIA e o Zaire prestavam suporte à FNLA, enquanto a CIA e a África do Sul apoiavam a UNITA. Nesse cenário, o MPLA se posicionava como um partido comunista-marxista, em contraste com a FNLA de orientação capitalista e a UNITA, que seguia um radicalismo maoísta centralizado. O governo de transição acabou fracassando devido à competição desmedida entre os movimentos de libertação, à fragilidade no sistema de justiça, à prevalência da justiça privada e ao protecionismo existente entre as facções. Na minha visão, é apenas por meio de um diálogo interativo e proveitoso entre governantes e governados que será possível alcançar uma sociedade mais equilibrada, pautada pela honestidade e por políticas verdadeiramente inclusivas.

Referências bibliográficas

- ALVES, Carlos Alberto de Jesus. **Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo**. 2013. Tese (Doutoramento em Identidade, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.
- BÍBLIA. Tiago. **Bíblia Sagrada**. Tradução dos originais: Centro Bíblico Católico. 60. ed. São Paulo: Ave Maria, 1957. Cap. 3, vers. 16-18 e Cap. 4, vers. 1-3.
- CORREIA, João Manuel Pinto. **Portugal, a Arquitetura de Segurança da África Austral e a Globalização da Guerra Fria (1949-1975)**. 2021. Tese (Doutoramento em Relações Internacionais) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2021.
- ESTEVES, Maria Teresa Pereira. **O Papel de Portugal no Processo de Transição para a Independência de Angola (1974-1975)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.
- FILHO, Murilo Melo. O dia mais longo de Lisboa. In: LACERDA, Carlos. **Em cores Portugal: o fim de uma ditadura**. Exclusivo a Revolução de Spínola. Rio 100 anos de Zona Sul: O general António de Spínola, chefe da Junta da Salvação Nacional Portuguesa. Rio de Janeiro: Manchete, 11 maio 1974. p. 23.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2009.
- LACERDA, Carlos. **Em cores Portugal: o fim de uma ditadura**. Exclusivo a Revolução de Spínola. Rio 100 anos de Zona Sul: O general António de Spínola, chefe da Junta da Salvação Nacional Portuguesa. Rio de Janeiro: Manchete, n. 1.151, 11 maio 1974. p. 4.
- MARQUES, Alexandra. **Segredos da descolonização de Angola**. Toda a verdade sobre o maior tabu da presença portuguesa em África. Alfragide: Dom Quixote, 2013.
- MARTINS, Justino. Uma ditadura de quase meio século. In: LACERDA, Carlos. **Em cores Portugal: o fim de uma ditadura**. Exclusivo a Revolução de Spínola. Rio 100 anos de Zona Sul: O general António de Spínola, chefe da Junta da Salvação Nacional Portuguesa. Rio de Janeiro: Manchete, n. 1.151, 11 maio 1974. p. 2.

MAXWELL, Kenneth. **Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)**. In: RODRIGUES, Luís Nunes. Coord., Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX, Lisboa: Luso-American Foundation, 2006. p. 005-037.

MBAH, Jean Martial Arsene. **As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) [1961-1975]**. Tradução: António Setas. Luanda: Mayamba Editora, 2010.

PORTUGAL. **Acordo de Alvor**. Algarve, 1975.

PORTUGAL. **Decreto nº 35-A/75**, de 30 de janeiro. **Lei nº 1/75**: Cria em Angola, para iniciarem funções em 31 de janeiro de 1975, um Governo de Transição, uma Comissão Nacional de Defesa e um Estado-Maior Unificado.

PORTUGAL. **Lei nº 11/74**, de 27 de novembro. Insere determinadas disposições para adaptar o regime do Estado de Angola à fase atual do processo de descolonização.

ROCHA, Andrea Pires e SANTOS, José Francisco dos. **Angola Pós-Independência: Apontamentos acerca das Perspectivas da Relação Brasil e Angola**. Revista África[s], Vol. 5, nº 9, 2018: p. 39-65.

ROCHA, Edmundo. **Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 a 1964)**. Testemunho e estudo documental. 2. ed. Lisboa: Revista e Atualizada, 2009.

SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da. **Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação (1961-1975)**. 2014. Tese (Doutoramento em Relações Internacionais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014.

SILVA, Márcia Maro da. **A Independência de Angola**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão 2007, 2008.

THOMPSON, E. P. **A miséria da história: ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 152.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. Evoluções do século 20. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 45-88.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.